



A DISCIPLINA DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO: UM RETRATO DA PERCEPÇÃO DISCENTE

Ana Clara de Sousa Leal ¹

RESUMO

Este artigo buscou expor os resultados da pesquisa desenvolvida no período de junho a agosto de 2020. O estudo teve como principal objetivo apresentar uma percepção geral de alunos do Ensino Médio acerca da disciplina de Filosofia bem como seus aspectos e impactos na vida dos estudantes. A pesquisa possui caráter quali-quantitativo, tendo como base, leituras e estudo de campo mediante a aplicação de questionários. Inicialmente, foi realizado um panorama destacando a trajetória da disciplina nas salas de aula brasileiras e a importância do desenvolvimento de uma consciência crítica no Ensino Médio. Em seguida, realizou-se a coleta de dados com os alunos de uma escola pública da cidade de São João dos Patos/MA. Com a análise das respostas, foi possível perceber a construção de uma visão positiva acerca da disciplina de Filosofia, sendo considerada instrumento de autoconhecimento, elucidação e desenvolvimento da reflexão crítica nos jovens. Ao final da pesquisa, foi sugerido estratégias para que essa concepção continue a ser difundida nas escolas brasileiras, de maneira que possa ser formada uma sociedade crítica, reflexiva e pensante.

Palavras-chave: Filosofia, Reflexão, Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho consiste em apresentar as percepções de alguns alunos quanto a disciplina de Filosofia no Ensino Médio, destacando um panorama com suas definições, história e funções perante a sociedade. Foi proposto descrever as opiniões de alunos de uma escola pública em São João dos Patos — MA acerca dos impactos e atribuições da disciplina de Filosofia na sua vida pessoal e acadêmica.

A palavra grega filosofia, significa, etimologicamente, amor pela sabedoria. Esse novo modo de enxergar o homem e a sua realidade de forma estritamente racional, teve início por volta dos séculos VII e VI a.C. Ela foi responsável por apresentar ao mundo, diversos conceitos e princípios importantes como razão, racionalidade, política, ciência e ética. É importante ressaltar que, ainda que a filosofia, ao longo dos anos, tenha transitado em diversas linhas de pensamento desde o seu surgimento, ela sempre manteve a sua essência focada no sujeito humano e pensante.

¹ Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Piauí- UFPI, anaclaraleal32@gmail.com;



O Free Dictionary (2007), define a filosofia como o amor e a procura pela sabedoria por intermédio do intelecto e autodisciplina moral. Ademais, o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001) a descreve como sendo o amor pela sabedoria, exclusivo apenas para aqueles que experimentaram conhecer a importância da sua própria existência. A partir dessa perspectiva apresentada, nota-se uma pequena amostra dos diversos significados e definições que permeiam a Filosofia.

Segundo René Descartes (1987), a verdade nasce da dúvida. Nesse sentido, a Filosofia serve como eixo fundamental na clareza e construção das ideias, visto que a partir de um simples questionamento, o indivíduo pode explanar melhor diferentes perspectivas acerca de determinado assunto. Isso fará com que o ser questione verdades que, para ele, até então, eram irrefutáveis. Dessa maneira, ela configura-se como uma investigação baseada em questionamentos incessantes que ultrapassam o senso comum, em que tal busca é caracterizada como um processo constante de formulação de dúvidas.

A Filosofia está relacionada diretamente ao ato de pensar e questionar verdades impostas, fazendo com que nossas ideias não transitem apenas em um ponto fixo e preestabelecido. Ela terá então, um papel de elucidar o homem em toda sua totalidade, e por consequência, desmascarar todos as verdades absolutas confrontadas (OLIVEIRA, 1989). Os autores Gallo e Kohan destacam de que maneira esse processo se dá:

A filosofia é uma atividade de fazer experiências de pensamento, transversalmente atravessando o vivido e construindo sentidos para esses acontecimentos. Escalar as alturas e mergulhar nas profundezas, sem perder o sentido da superfície. [...]. Não se contenta com as explicações corriqueiras, com a doxa, com as facilidades oferecidas por uma literatura barata e pela mídia eletrônica ainda mais diluída; mas experimentar, buscar estados alterados, buscar o diferente, o desviante, o devir. (2000, p. 192)

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi executada em uma escola pública na cidade de São João dos Patos, estado do Maranhão. Os participantes cursavam o 1º ano do ensino médio, perfazendo um total de 10 pessoas, sendo estas retiradas de um universo de 30 estudantes.

A pesquisa foi realizada por meio de consultas bibliográficas para suporte teórico além de uma pesquisa de campo a partir da aplicação de um questionário. “Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas,



que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI E LAKATOS 2003, p. 201). Ele foi composto de 9 perguntas abertas e fechadas, formuladas na plataforma Google Formulários, devido a sua praticidade.

O método empregado caracterizou-se como um estudo de caráter quali-quantitativo: qualitativo pois está intimamente relacionada com a interpretação das respostas do público-alvo proposto e quantitativa, porque faz uso de números para análise e classificação de alguns dados. Muitas vezes tal método pode transparecer uma certa contradição, uma vez que as suas definições e abordagens dentro de determinada pesquisa se contrapõem até certo ponto, entretanto, como afirma Minayo e Sanches (1993), elas não são opostas e sim, complementares.

Com o intuito de preservar, por questões éticas, a identidade dos alunos respondentes, nos vários momentos em que foram mencionadas as suas respostas às perguntas abertas, manteve-se os seus nomes sob anonimato, criando nomes fictícios. A série norte-americana *How I Met Your Mother* por ser bastante conhecida, serviu de base para inspirar tal substituição, sempre que foi necessário, no tópico Resultados e Discussão.

TRAJETÓRIA DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA NAS SALAS DE AULA BRASILEIRAS

O ensino da disciplina de Filosofia esteve inconstante ao longo da história do Brasil, caracterizando um obstinado questionamento quanto a sua permanência nas salas de aula do país. Diversas foram as vezes que a disciplina foi retirada da grade curricular de ensino ou teve sua carga horária diminuída devido a inúmeros fatores. Nesse sentido, é válido destacar a sua trajetória ao longo dos anos no país, uma vez que a história da disciplina se confunde com o seu papel, como afirma Gramsci:

Não se pode separar a filosofia da história da filosofia... no sentido mais imediato e determinado, não podemos ser filósofos – isto é, ter uma concepção de mundo criticamente coerente - sem a consciência da nossa historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções. A própria concepção de mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e “originais” em sua atualidade. (Gramsci, 1978. p. 13).



O ensino de filosofia no Brasil teve início no período colonial com a chegada dos Jesuítas, responsáveis pela catequização dos povos e enaltecimento da fé cristã. Embora não existam registros referentes ao ensino de filosofia propriamente dito, é sabido que os jesuítas foram responsáveis pela formação de um pensamento filosófico e teológico na época. Dessa forma, foi sistematizado um forte teocracismo capaz de afastar a metrópole e a sua colônia do pensamento científico. Em uma de suas cartas, Padre Anchieta descreveu como ocorria o processo de aprendizagem jesuítica:

(...) Mas, embora o nosso principal cuidado fosse ensinar e inculcar a eles os rudimentos da fé, também lhes ensinavam as letras; pois eram de tal modo aficionados a aprender a doutrina, que na mesma ocasião eram levados a aprender a doutrina da salvação; davam conta daquilo que pertencia à fé, instruídos segundo algumas fórmulas de interrogações (catecismo), alguns até sem elas...” (Lukács, I,1965:614-5 in SCHMITZ.1994. p.48).

Posteriormente, cada vez mais a Companhia de Jesus temia a influência de textos que pudessem “distanciar” os fiéis da igreja. Então, devido a isso, a instituição restringiu leituras de filósofos como Rousseau, Locke, Hobbes, Espinosa e Voltaire, como afirma Horn (2000). Nesse contexto, o entendimento de textos filosóficos era permitido exclusivamente às classes de elite, assumindo assim, um caráter propedêutico e livresco. Os cursos denominados studia superiora, responsáveis por permitir um grau mais elevado de cultura, formação e profissionalização, englobavam Filosofia e Teologia, entretanto, estavam destinados apenas aos filhos dos senhores ricos e proprietários da colônia segundo Alves (2002).

Com a instauração da Era Pombalina em Portugal, no ano de 1759 foi decretada a expulsão dos Jesuítas de todos os domínios de Portugal e a proibição de ensino por parte dos membros da Companhia de Jesus. Concomitante a isso, os ideais franceses de Liberdade, Fraternidade e Igualdade passaram a influenciar fortemente a conjuntura portuguesa bem como a defesa da formação de um estado civil e a mudança no ensino. Nesse sentido, propôs-se uma nova metodologia de ensino para universidades, como descrita abaixo:

(...)em consequência da profunda reforma pombalina na Universidade de Coimbra algumas instituições eclesiásticas reformaram também os seus planos de estudo e, sobretudo, os métodos de ensino. Cumpria então dar mostras do repúdio da



metodologia silogística, da rotina didática e das disputas tradicionais...” (VITA, 1969.p.248-255).

Com a chegada da República houve a reestruturação do poder em novas bases e conseqüentemente, mudanças no que tange a presença da filosofia no currículo e a contestação do seu verdadeiro papel perante a sociedade, configurando assim, uma instabilidade. Diversas reformas permearam o sistema educacional do país nesse período, como, por exemplo a de Francisco Campos em 1932 e a Reforma Gustavo Capanema no ano de 1942. Segundo Alves (2002) ambas tinham como objetivo aumentar a mão-de-obra qualificada para as indústrias, focando assim, no caráter tecnicista em detrimento do pensar filosófico, o que contribuiu para a extinção gradativa da disciplina.

Durante a Ditadura Militar (1964 - 1985) ocorreu a chamada “ausência definida” da Filosofia no currículo, uma vez que as suas ideias iam de contraponto aos princípios do regime vigente. Os aspectos sociais, políticos e econômicos foram de suma relevância para a retirada da Filosofia do campo educacional brasileiro. Sendo assim, no ano de 1971, a disciplina foi excluída da grade e impedida de ser ensinada nas escolas, revelando a forte repressão característica do Regime Militar.

O processo de redemocratização foi palco para debates sobre a retomada da Filosofia nas salas de aula brasileiras, contudo, seu ensino foi permitido somente a partir de 1996. O art. 36, §1º inciso III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), determinou que, ao final do Ensino Médio, o formando deveria dominar os conhecimentos de Filosofia, necessários ao exercício de cidadão. No entanto, o documento não deixava explícita a maneira como o discente chegaria a tal domínio, fazendo com que as questões que englobavam o seu ensino continuassem indeterminadas. Isso corroborou para que grande parte das escolas permanecessem sem ofertar a matéria na grade curricular.

Com o intuito de esclarecer a situação supramencionada, no ano de 2008, o artigo 36 da Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 sofreu alterações e incluiu, obrigatoriamente, a disciplina de Filosofia, juntamente com a Sociologia, no currículo escolar brasileiro do Ensino Médio. Entretanto, mesmo que a Filosofia tenha adquirido caráter obrigatório, ainda existem discussões quanto a sua presença na grade curricular da educação no Brasil, evidenciando um cenário de caráter retrógrado que desvaloriza o ato de reflexão crítica humana.



A IMPORTÂNCIA DO ESTÍMULO A CONSCIÊNCIA CRÍTICA NO ENSINO MÉDIO

A ênfase no estímulo ao pensamento crítico durante o Ensino Médio, como uma das características direcionadas às finalidades da educação, tem em vista a formação do cidadão pleno, cujas tomadas de decisão se concentram em reflexões sucintas, seja na vida pessoal, profissional ou social. De acordo com Freitas (2011), a entidade escolar é responsável por formar seres reflexivos, cientes de seus direitos e deveres, sendo aptos a contribuir para a formação de uma sociedade igualitária. A autora destaca ainda as necessidades que a escola tem:

A cada momento fazer o aluno pensar, refletir, analisar, sintetizar, criticar, criar, classificar, tirar conclusões, estabelecer relações, argumentar, avaliar, justificar, etc. Para isto é preciso que os professores trabalhem com metodologias participativas, desafiadoras, problematizando os conteúdos e estimulando o aluno a pensar, a formular hipóteses, a descobrir, a falar, a questionar, a colocar suas opiniões, suas divergências e dúvidas, a trocar informações com o grupo de colegas, defendendo e argumentando seu ponto de vista. (FREITAS, 2011, s/p)

Para Moss e Woodhouse (1999) a definição do termo criticidade pode ter diferentes interpretações, dependendo do objetivo e contexto no qual ela é analisada. Nesse viés, o ambiente escolar configura-se como um desses contextos em que o termo é trabalhado. Segundo Moreira (2010), Paulo Freire aborda a criticidade como a capacidade que o educando e o educador têm para refletirem criticamente sobre a realidade na qual estão inseridos, possibilitando a constatação, o conhecimento e a intervenção para transformá-la. Assim, a escola é vista como peça fundamental na formação de seres pensantes e autônomos, capazes de tomarem suas próprias decisões sem necessidade de outrem.

Diante o papel supracitado atribuído a instituição escolar, faz-se necessária a formação de cidadãos aptos a pensar livremente e voltados para impulsionar o desenvolvimento da sociedade de maneira geral (COSTA, 1999). Sendo assim, a escola tem o encargo de fomentar esse pensar com conteúdos que o reforce e o estimule. Isentos de manipulação, o senso crítico permite ao jovem evoluir para o status de cidadão



intelectual, e desta maneira o processo de ensino-aprendizagem atinge seus objetivos, formando uma sociedade intelectual, crítica e justa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os dados presentes nas respostas do questionário foi possível identificar uma visão positiva e pertinente, por parte dos alunos, em relação ao ensino de filosofia e seus desdobramentos. A partir da investigação minuciosa dessas respostas, destacou-se algumas delas bem como trechos e dados numéricos, para a discussão e debate.

Com base nos dados obtidos, observou-se que 100% dos discentes envolvidos na pesquisa, se sentem estimulados a questionar durante as aulas de Filosofia. Além do mais, na questão *“Você considera que ela tem um papel importante na vida dos alunos e na sociedade como um todo?”*, cujas alternativas eram *“Sim”*, *“Não”* e *“Talvez”*, 50% dos alunos declararam que Sim, enquanto os outros 50% declararam que talvez isso acontecesse. Nesse sentido, nota-se uma quebra do esteriótipo de que Filosofia não é importante na formação e vida dos alunos, esteriótipo esse, descrito por Silveira como uma espécie de preconceito (2014).

Em relação à presença e carga horária da disciplina no Ensino Médio, os alunos demonstraram respostas mais variadas. Dos participantes da pesquisa, 57,1% julgaram suficiente a carga horária atual da matéria, caracterizando assim, uma conformidade dos alunos no que tange ao tempo destinado à filosofia. Na pergunta *“Você é a favor da obrigatoriedade da disciplina de filosofia?”*, 71,4% dos alunos destacaram que sim, demonstrando evidentemente, o interesse na oferta da disciplina para que todos possam ter um contato com ela. Outro dado importante mostra que 85,7% dos respondentes consideram válido mantê-la na grade do Ensino Médio, enfatizando assim, uma necessidade pessoal dos alunos de permanecerem em proximidade com conteúdos filosóficos.

Conciliando com os dados percentuais obtidos, as respostas às perguntas abertas revelam uma visão cada vez mais particular dos alunos a respeito da disciplina de Filosofia. O aluno identificado como Ted dá a seguinte resposta ao ser questionado sobre a contribuição da Filosofia em sua formação acadêmica: *“Ajuda compreender melhor como era o pensamento de nossos ancestrais. Além de nos motivar a questionar o mundo*



a nossa volta e suas leis, despertando nosso senso crítico”. Nesse sentido, a percepção do aluno mostra-se pertinente, entrando em consonância com a proposta do autor Oliveira (1989), que destaca a disciplina como responsável por elucidar o indivíduo, colocando em inquirição todas as verdades inquestionáveis.

Ao serem indagados sobre a relevância da disciplina na vida, os alunos Ted, Tracy e Robin, respectivamente, ressaltaram:

“—Faz com que eu veja o mundo com outros de não aceitar respostas vagas para minhas perguntas e fazendo com que eu busque mais a fundo a solução”

“—Grande. Me ajuda a entender meu interior, e a questionar as coisas”

“—Estimula o meu questionamento”

Por conseguinte, a discente nomeada de Lily define a filosofia como sendo “uma forma de diálogo em que todos participam sem alguns se sentirem excluídos”. Ademais, Ted destaca: “É uma necessária para a formação como ser humano. E merece mais importância por parte de quem quer aprender. Ela aguça nosso senso crítico”. Ainda na questão sobre as definições da Filosofia, a aluna intitulada Robin afirma que a matéria tem papel na “Estimulação de questionamentos”.

A partir desses breves recortes, é possível identificar as diversas definições atribuídas a Filosofia, enfatizando assim, os seus múltiplos papéis e influências na vida acadêmica e pessoal dos estudantes. Ademais, a disciplina contribui para o desenvolvimento do pensamento desses estudantes, capacidade de questionamento e estimulação da reflexão de modo a não aceitar livremente o que foi imposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reestabelecimento da disciplina de Filosofia na grade curricular do Ensino Médio corrobora para o desenvolvimento do esclarecimento, autoconhecimento e elucidação dos indivíduos. Isso contribui diretamente para a formação de alunos pensantes, que se encontram em fase de preparo para a vida adulta e formação da sociedade.

Sendo assim, ao final da pesquisa foi possível averiguar, de maneira clara e objetiva, uma percepção geral dos alunos sobre as colaborações da disciplina de Filosofia em suas vidas, seja no âmbito escolar ou pessoal. Com a análise dos dados, verificou-se



uma visão predominantemente positiva sobre aspectos que envolvem a disciplina bem como a sua carga horária, presença na sala de aula, funções e definições.

Todos os alunos envolvidos na coleta de dados afirmaram que se sentem estimulados a pensar e se questionar durante as aulas de filosofia. Além disso, a maioria dos discentes constatou que o ensino da matéria é válido e deve ocorrer em caráter obrigatório de maneira que todos entrem em contato com ela. Foi possível evidenciar uma quebra do esteriótipo imposto de que ela não é necessária no currículo brasileiro, ocasionado pelas diversas vezes que a disciplina foi removida das salas de aula brasileiras.

As análises qualitativas demonstraram uma visão voltada para a estimulação da reflexão, caracterizando uma inclinação dos estudantes para a curiosidade, indagação, discussão de ideias e compreensão do seu próprio interior. O trabalho em questão, buscou apresentar uma visão geral dos alunos mediante a disciplina de Filosofia no Ensino Médio, destacando os diversos pontos que a permeiam. É sugerível que os conteúdos possam ser cada vez mais trabalhados, por meio de mais debates e metodologias capazes de engajar o jovem, para que tais concepções continuem a ser positivas na vida dos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. J. A filosofia no ensino médio: ambigüidade e contradições na LDB. Campinas: Autores Associados, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.684 de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, 3 jun. 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

COSTA, José António. O papel da escola na sociedade actual: implicações no ensino das ciências. Millenium, 1999.

DESCARTES, René. Discurso do método: As paixões da alma. Tradução: J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores. V.1).

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro : Objetiva, 2001.



FREITAS, Ione Campos. Função social da escola e formação do cidadão. Disponível em: <<http://democracianaescola.blogspot.com.br/2011/10/cabe-escola-formar-cidadaoscriticos.html>>. Acesso em 27 de jun. de 2020.

GALLO, Sílvio; KOHAN. Walter Omar (Org.). Filosofia no Ensino Médio. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HORN, G. B. A Presença da Filosofia no Currículo do Ensino Médio Brasileiro: uma Perspectiva Histórica. Filosofia no Ensino Médio. Org. Silvio Gallo, Walter Omar Kohan. Volume II, Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

MARCONI, A.; LAKATOS, E.M. Fundamentos da Metodologia Científica. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Minayo, M. C. S. & Sanches, O. (1993). Quantitativo - qualitativo: oposição ou complementaridade? Cadernos de saúde pública. Rio de Janeiro, 9(3).

MOREIRA, C.E. Criticidade. IN: REDIN, E.;STRECK, D.R.;ZITKOSKI, J.J. (Org.). Dicionário Paulo Freire. 2 ed.Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MOSS, T. R. & WOODHOUSE, J. Criticality analysis revisited. Quality and Reliability Engineering International, 1999.

OLIVEIRA, M.A. A filosofia na crise da modernidade. São Paulo: Loyola, 1989.

SCHMITZ, Egídio.1994. Os Jesuítas e a Educação. São Leopoldo - RS: Unisinos.

SILVEIRA, Renê José Trentin. ABSTRATA, DIFÍCIL, INÚTIL: o preconceito contra a filosofia e o antídoto gramsciano. Educação e Filosofia Uberlândia: Educação e Filosofia Uberlândia, Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 99-130, jun. 2014.

THE FREE Dictionary. Philosophy/Philosophies. Disponível em <www.thefreedictionary.com/Philosophy> Acesso em 03 de ago. de 2020.

VITA, Luís Washington. 1969. Panorama da Filosofia no Brasil. Porto Alegre: Globo.